



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA N° 005/2024

### 1. DA IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Rio das Flores, nº 90, Porto Novo – Saquarema – CEP 28.991.227 e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia localizada na Avenida Saquarema, nº 4427, Porto da Roça – Saquarema – CEP 28.891-350, órgãos integrantes da Prefeitura Municipal de Saquarema – RJ.

### 2. DO OBJETO

**2.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto contratação de empresa especializada no fornecimento e abastecimento de combustíveis do tipo gasolina comum e óleo diesel S10, para atender a frota de veículos próprios e locados atrelados a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, conforme especificações e quantitativos que serão estabelecidos no decorrer deste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE
1	Gasolina comum	461506	Litro
2	Diesel S10	461548	Litro

**2.2.** O objeto da contratação é enquadrado como bens comuns e de fornecimento contínuo, tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais.

**2.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**2.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2.5.** Todas as garantias legais oferecidas pela Contratada, sobretudo quanto às especificações, quantitativos e condições do objeto pretendido devem estar de acordo com este Termo de



Referência, pois a forma que foi descrita, atenderá as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.

- 2.6. Toda a fundamentação legal do procedimento atual, terá por base a Lei Federal nº 14.133/21, o Estudo Técnico Preliminar – ETP, acostado aos autos as fls. 04 a 75, conforme prevê a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58 de 08 de agosto de 2022, e demais legislações pertinentes.

### 3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. A contratação em questão, justifica-se pela necessidade de abastecimento dos veículos próprios e locados que estão atrelados aos processos de combustíveis da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia a fim de estabelecer condições mínimas de utilização e viabilizando o desempenho de atividades rotineiras desenvolvidas pelas Secretarias.
- 3.2. Desta forma, surge a necessidade, pois sem combustível não será possível a utilização de veículos para efetuar os devidos deslocamentos de funcionários, pacientes, alunos e de materiais em geral até os seus destinos, tornando inviável/impossível as Secretarias desenvolverem com eficácia os serviços sociais e de infraestrutura pelos quais é responsável por executarem ao longo de todo o Município.
- 3.3. É imprescindível para a necessidade de execução e manutenção das funções administrativas e de fiscalização das Secretarias, considerando os diversos serviços operacionais que necessitam do uso dos veículos dentro e fora da municipalidade para realizar suas atividades laborais.
- 3.4. Considerando ainda que muitos dos veículos são destinados ao deslocamento de pacientes que são transportados para diversos destinos no Estado do Rio de Janeiro e fora dele, para consultas, exames e procedimentos diversos, é imprescindível tal contratação.

### 4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.
- 4.2. Em atendimento ao princípio da padronização buscou-se no mercado contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, levando em conta os aspectos de eficácia, eficiência e economicidade, para definir as especificações adotadas;



4.3. Desta forma foi possível identificar a viabilidade do parcelamento do objeto, que deverá observar a necessidade do setor.

## 5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. A solução que melhor atende a demanda apresentada é a contratação de empresa especializada no fornecimento e abastecimento de combustíveis do tipo gasolina comum e óleo diesel S10, para atender a frota de veículos próprios e locados atrelados a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.

5.2. O procedimento licitatório escolhido para efetuarmos a obtenção do objeto em tela será um pregão eletrônico para Registro de Preços – SRP do Maior percentual de desconto sobre a tabela ANP, uma vez que, será improvável determinarmos um valor exato para os quantitativos de gasolina comum e diesel S10 necessários, para efetuarmos os devidos abastecimentos de nossas frotas. O procedimento resultará numa Ata de Registro de Preços nas condições impostas pelo Edital e futuro Contrato.

5.3. As empresas na fase da proposta deverão competir não pelo preço ofertado por litro, mas sim, pelo desconto em cima da média mensal da tabela ANP pelo litro do combustível almejado;

5.4. Os devidos acréscimos e supressões de quantitativos, caso haja necessidade, segue o que rege o art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21.

## 6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO- ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

6.1. O órgão gerenciador será a Secretária Municipal de Saúde.

6.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Código	Órgão Participante	Quantidade
1	461506	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia	63.260
2	461548	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia	91.350



## 7. PRAZO

- 7.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura da ordem de início, de acordo com o disposto no art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal estabelecida no art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021..
- 7.2.** A Ata de Registro de Preço terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, seguindo o previsto no **inciso II, do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/21**, para o sistema de Registro de Preços.

## 8. REAJUSTE

- 8.1.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a Contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual.
- 8.2.** Neste caso não será necessário ser utilizado o reajuste, pois o atual procedimento é balizado mensalmente pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), que mantém os preços dos combustíveis atualizados mensalmente.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1.** Serão fornecidos os combustíveis Gasolina Comum e Diesel Comum, para abastecimento da frota de veículos próprios e locados da Secretária Municipal de Saúde, composta por 86 veículos e pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, composta por 36, e porventura, veículos que vierem a ser adquiridos pelas Secretarias na vigência do contrato.
- 9.2.** Os combustíveis a serem adquiridos neste procedimento, deverão ser entregues fielmente dentro das normas técnicas exigidas por agências regulamentadoras (ABNT e INMETRO, dentre outros), e deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações e quantitativos descritos neste Termo de Referência.
- 9.3.** Dentre as normas mais importantes, pode-se citar: ABNT NBR 13992 (gasolina comum), ABNT NBR 14725 (riscos à saúde e ao meio ambiente), ABNT NBR 17505 (Estabelece os requisitos exigíveis para os projetos de instalações de armazenamento, manuseio e uso de líquidos inflamáveis e combustíveis, incluindo os resíduos líquidos, contidos em tanques estacionários e/ou em recipientes), ABNT NBR 13992 (determina o teor de etanol anidro combustível (EAC), a partir de 1% em volume, em gasolinas automotivas), e ABNT NBR



14725 (estabelece critérios para o sistema de classificação de perigos de produtos químicos, sejam eles substâncias ou misturas, de modo a fornecer ao usuário informações relativas à segurança, à saúde humana e ao meio ambiente), dentre outras e por este Termo de Referência.

- 9.4.** A contratada deverá estar localizada em um raio de até 7 km do endereço Avenida Saquarema, 4299 – Porto da Roça, Saquarema, RJ sede do Setor de Transporte da Saúde ou ter à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, um posto de abastecimento ou filial de abastecimento, instalada a uma distância igual ou inferior a 7 km da Avenida Saquarema, 4299 – Porto da Roça, Saquarema, RJ a partir da assinatura do contrato, pois neste caso será de grande relevância e indispensável para a plena execução do objeto, de modo a evitarmos prejuízos econômicos para a Administração Pública, isso porque, estabelecimentos localizados a distâncias superiores a 7 (sete) quilômetros, conforme estabelecido na presente contratação, da localização da sede do Setor de Transporte da Saúde (local onde a maiorias dos equipamentos, veículos, vans, ambulâncias e micro-ônibus que se encontram), encarecerão o custo final da contratação engendrando inexecuibilidade na execução contratual, desta forma, tal exigência se encontra justificada, considerando a necessidade do objeto da presente contratação.
- 9.5.** A contratada deve oferecer atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana durante todo o período contratual.
- 9.6.** A contratada deve possuir todas as licenças e autorizações necessárias para operar legalmente o negócio de fornecimento de combustível;
- 9.7.** A contratada deve estar devidamente registrada nos órgãos competentes, como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- 9.8.** A contratada deve possuir autorização ambiental para operar suas instalações, garantindo o cumprimento das regulamentações ambientais e de segurança;
- 9.9.** O combustível fornecido deve atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela ANP, que incluem especificações quanto à composição, pureza e características físico-químicas do produto;
- 9.10.** A contratada deve cumprir integralmente as normas trabalhistas vigentes no Brasil, garantindo condições adequadas de trabalho para seus funcionários;



- 9.11.** A contratada pode ser obrigada a possuir seguro de responsabilidade civil para cobrir eventuais danos causados por defeitos no combustível fornecido ou por acidentes relacionados à sua operação;
- 9.12.** Dependendo da localização das instalações da contratada, podem ser necessárias licenças municipais e estaduais específicas para operar legalmente;
- 9.13.** A contratada deve demonstrar práticas seguras de armazenamento e manuseio de combustível, além de garantir a confiabilidade na entrega;
- 9.14.** A contratada deve ter capacidade de resposta em casos de emergência ou demandas inesperadas, garantindo que a oferta de combustível não seja interrompida.

## **10. REQUISITOS LEGAIS**

- 10.1.** Garantir total transparência e conformidade com as leis de licitação, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- 10.2.** Seguir os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, e principalmente ampla e irrestrita transparência processual no processo de escolha da solução que mais se adequa à demanda identificada pelo Órgão;
- 10.3.** Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor;
- 10.4.** O objeto a ser disponibilizado, neste Termo de Referência, deverá estar em perfeitas condições de utilização segundo os padrões determinados pelas **Normas ABNT, INMETRO** e demais agências de regulamentação pertinentes ao objeto. Caso ocorra algum problema com o fornecimento dos combustíveis, a Contratada deverá providenciar imediata reposição, sem qualquer custo adicional **dentro do período de 1 (uma) hora.**
- 10.5.** A contratada deverá manter-se em dia, durante todo o prazo contratual, com as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNBT; Certificado de Regularidade do FGTS- CRF; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.



## 11. SUSTENTABILIDADE

- 11.1. Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato informamos que a Contratada deverá seguir o que prevê o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, e a Contratante deverá exigir que a Contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora (INMETRO, ABNT, ANP, dentre outras).

## 12. SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 13. DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA DO OBJETO / DA VALIDADE DO OBJETO

- 13.1. A validade dos produtos especificados neste Termo de Referência deverá ser de no mínimo 6 meses, a contar da data do abastecimento, comprovado pela emissão da nota fiscal do produto. Sendo assim, durante o período especificado, a(s) empresa(s) é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem incorreções de fabricação resultantes da execução ou de materiais empregados na fabricação.
- 13.2. As condições de garantia dos produtos objeto deste Termo de Referência devem observar, **no que couber**, as disposições da **Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidos)**.
- 13.3. Os produtos almejados por este procedimento, deverão ser de **1ª linha**, com no máximo de 6 (seis) meses de fabricação a contar da data de abastecimento do veículo.
- 13.4. Consideraremos como início do prazo de validade, a data da emissão da nota fiscal relativa ao abastecimento, desde que aceito pela Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.
- 13.5. Caso o objeto entregue, apresente alguma contradição com o que foi solicitado neste Termo de Referência ou algum problema na fabricação, a(s) empresa(s) deverá providenciar a troca/substituição do mesmo em até 24 (vinte e quatro) horas, arcando com todos os custos dos possíveis prejuízos que possam acarretar nos veículos advindos de sua utilização.
- 13.6. Todos os custos com as eventuais substituições contra qualquer não conformidade da funcionalidade dos produtos, ocorrerão por conta da Contratada, durante o período de garantia.



#### **14. DOS LOCAIS DE ABASTECIMENTO.**

**14.1.** A contratada deverá estar localizada em um raio de até 7 km do endereço Avenida Saquarema, 4299 – Porto da Roça, Saquarema, RJ sede do Setor de Transporte da Saúde ou ter à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, um posto de abastecimento ou filial de abastecimento, instalada a uma distância igual ou inferior a 7 km da Avenida Saquarema, 4299 – Porto da Roça, Saquarema, RJ a partir da assinatura do contrato, pois neste caso será de grande relevância e indispensável para a plena execução do objeto, de modo a evitarmos prejuízos econômicos para a Administração Pública, isso porque, estabelecimentos localizados a distâncias superiores a 7 (sete) quilômetros, conforme estabelecido na presente contratação, da localização da sede do Setor de Transporte da Saúde (local onde a maiorias dos equipamentos, veículos, vans, ambulâncias e micro-ônibus que se encontram), encarecerão o custo final da contratação engendrando inexecuibilidade na execução contratual, desta forma, tal exigência se encontra justificada, considerando a necessidade do objeto da presente contratação.

#### **15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Do Abastecimento:**

- O abastecimento será realizado mediante apresentação do requerimento assinado pelo Diretor/Coordenador responsável pelo Setor de Transporte da Saúde e pelo Setor de Transporte da SMECICT.
- A Contratada deverá realizar o abastecimento dos veículos destas Secretarias a qualquer momento do dia, não podendo negar-se a fornecer o combustível;
- A Contratada fica responsável pela qualidade do combustível fornecido, sem negar-se a realizar o procedimento de teste dos combustíveis objeto da contratação;

#### **16. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**16.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





## 17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 17.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## 18. Fiscalização

- 18.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decreto Municipal 2.722/2024 de 10 de janeiro de 2024).

### Fiscalização Técnica

- 18.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 18, II);
- 18.3.** O fiscal técnico do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, I)
- 18.4.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, II);



- 18.5.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, III);
- 18.6.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, IV).
- 18.7.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, V).
- 18.8.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, VII).
- 18.9.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 21, X).

### **Fiscalização Administrativa**

- 18.10.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 22, I e II, do Decreto nº 2.722, de 2024).
- 18.11.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 22, IV).

### **Gestor do Contrato**

- 18.12.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, IV).

- 18.13.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, II).
- 18.14.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, III).
- 18.15.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VIII).
- 18.16.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, X).
- 18.17.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 2.722, de 2024, art. 20, VI).
- 18.18.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **Das Obrigações do Contratado:**

- 18.19.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e no futuro Contrato, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. A não observância das exigências retro, ensejará na aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e nas Leis vigente e cabíveis.



- 18.20.** Proceder com a entrega do objeto contratado, conforme especificações e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- 18.21.** A Contratada deverá responsabilizar-se pela qualidade dos combustíveis fornecidos.
- 18.22.** Responsabilizar-se pelos danos causados aos veículos em caso de combustíveis adulterados, que podem causar danos irreparáveis a alguns componentes dos veículos, acarretando uma série de falhas, podendo levar até a quebra do motor. A seguir, temos algumas das possíveis avarias que um combustível adulterado pode causar em um sistema automotivo:
- 18.23. Avarias no motor:** Dentre todos os sistemas do veículo, o motor é de fato o primeiro componente a sofrer as consequências perante a má qualidade dos combustíveis utilizados. O combustível adulterado, faz com que o motor trabalhe sem a compressão adequada forçando em demasia todos os seus componentes causando avarias graves ao conjunto, podendo até mesmo causar a perda permanente do motor.
- 18.24. Desgaste do Sistema de Injeção:** Algumas peças do conjunto automotivo sofrem mais desgastes do que outras com a utilização de combustíveis ruim. O sistema de injeção eletrônica presente em veículos modernos sofre bastante desgaste (corrosão) causado pela má qualidade dos combustíveis utilizados, devido a estar o tempo todo em contato com os mesmos.
- 18.25. Avarias do Sistema de bicos, válvulas e velas:** Componentes como bombas de combustíveis, bicos de injeção, velas, válvulas dentre outros, sofrem bastante com a utilização de combustíveis adulterados, o que pode vir a causar panes perigosas ao veículo, inclusive com perigos de incêndios e explosões.
- 18.26.** Ressarcir a Administração Pública do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da Contratante ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à Contratante no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a sua ocorrência.
- 18.27.** Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 140, § 4º da Lei Federal 14.133/21.
- 18.28.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, tendo como agente a Contratada, na pessoa de prepostos ou estranhos.



- 18.29.** Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas neste Termo de Referência
- 18.30.** Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus funcionários ou prepostos durante o processo de abastecimento dos equipamentos, veículos, caminhões ou máquinas, ainda que verificado o acidente em dependências da Contratante.
- 18.31.** Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à Contratante em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecidas no Contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.
- 18.32.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.33.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.
- 18.34.** Criar ou informar um e-mail oficial para comunicação com a Contratante, a fim de registrar solicitações, prazo, recebimento de notas fiscais e possíveis imprevistos no atendimento.
- 18.35.** Atender às solicitações da Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação formal da mesma.
- 18.36.** Começar a fornecer o objeto deste Termo de Referência imediatamente após à emissão da ordem de início de Contrato, atendendo as necessidades da Contratante, a qual servirá de subsídio para emissão da nota fiscal.
- 18.37.** Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de capacitação exigidas para a contratação.
- 18.38.** O Contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme prevê o art. 119 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 18.39.** Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de Saquarema ou a terceiros, provenientes do fornecimento dos bens contratados, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público Contratante.



- 18.40.** Fornecer o objeto em tela rigorosamente no prazo pactuado, mediante a requisição de abastecimento, cumprindo com todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo de Referência e pela legislação aplicável.
- 18.41.** Manter, durante a futura execução contratual, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas em eventual Edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 18.42.** Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do Contrato a ser estabelecido.
- 18.43.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema.
- 18.44.** Cientificar, imediatamente, à fiscalização da Prefeitura Municipal de Saquarema qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.
- 18.45.** Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização Prefeitura Municipal de Saquarema.
- 18.46.** Havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma do preceituado do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 18.47.** Não transferir a terceiros, nem mesmo de forma parcial, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada a executar, exceto nas condições autorizadas por esta Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos.
- 18.48.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração Pública Contratante.
- 18.49.** A contratação em questão não poderá gerar vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e da Administração Pública Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 18.50.** A Contratada deverá cumprir no que couber ao objeto contratado, os requisitos impostos pelo Art. 5 da Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010;
- 18.51.** Caberá à Contratada caso seja solicitado, apresentar todos os certificados de licença de funcionamento ou de autorização especial, emitido pelos órgãos ou entidades competentes, necessários para a execução do objeto, bem como atender a todas as demais legislações pertinentes.



- 18.52.** Atender todas as determinações pertinentes ao objeto almejado, previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 18.53.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 18.54.** Responsabilidade fiscal
- 18.55.** A contratada deverá manter-se em dia com as seguintes certidões: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas- CNBT; Certificado de Regularidade do FGTS- CRF; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

**Das Obrigações da Contratante:**

- 18.56.** Receber o objeto nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato a ser firmado com a(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.
- 18.57.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, as conformidades do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação do objeto em tela.
- 18.58.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades de fabricação, verificadas no objeto fornecido, para que sejam corrigidas.
- 18.59.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidores especialmente designados.
- 18.60.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e futuro Contrato.
- 18.61.** Fornecer à Contratada a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e atestar os relatórios de visita, quando necessário.
- 18.62.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus funcionários, prepostos ou subordinados.
- 18.63.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 18.64.** Verificar se o objeto contratado está de acordo com as especificações constantes no item 6 (seis) deste Termo de Referência e demais condições estabelecidas.





- 18.65.** Empenhar, para cumprimento do Contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento.
- 18.66.** Efetuar a inspeção padrão do objeto, quando for entregue, com vista à verificação de sua adequação às condições e especificações pactuadas neste Termo de Referência.
- 18.67.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue, quando em desacordo com as obrigações assumidas pela licitante vencedora.
- 18.68.** Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 18.69.** Notificar previamente o Contratada, quando da aplicação de penalidades.
- 18.70.** Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência e todo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a Prefeitura Municipal de Saquarema ou modificação das obrigações.
- 18.71.** Indicar o Fiscal do Contrato com fins de conferir no que for necessário às condições previstas neste Termo de Referência.
- 18.72.** Exercer a fiscalização do objeto em questão, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas na entrega e/ou na aplicação do objeto e encaminhar os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 18.73.** Verificar e atestar, o recebimento da Nota Fiscal.

## **19. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Pagamento**

- 19.1.** O pagamento será realizado por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia, devendo estar autorizado pela autoridade competente (Ordenador de Despesa) e obedecer criteriosamente ao rito processual para a instrução e pagamento, devidamente atestada por 2 servidores em cada contrato;
- 19.2.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-





se à empresa para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- 19.3.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### Liquidação

- 19.4.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 19.5.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.6.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.7.** o prazo de validade;
  - 19.8.** a data da emissão;
  - 19.9.** os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 19.10.** o período respectivo de execução do contrato;
  - 19.11.** o valor a pagar; e
  - 19.12.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.13.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 19.14.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 19.15.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 19.16.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 19.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.18.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 19.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

- 19.20.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir de adimplemento a que se referir, mediante a Nota Fiscal/Fatura que deverá ser apresentada pela Contratada, atestada e visada por 2 (dois) servidores da Secretaria requisitante responsáveis pelo recebimento.
- 19.21.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### **Forma de pagamento**

- 19.22.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



- 19.23.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.24.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 19.25.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 19.26.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **20. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 20.1.** O procedimento licitatório escolhido para efetuarmos a obtenção do objeto em tela será um **pregão eletrônico para Registro de Preços – SRP**, uma vez que, será improvável determinarmos um valor exato para os quantitativos de gasolina comum e diesel S10 necessários, para efetuarmos os devidos abastecimento de nossas frotas. O procedimento resultará numa **Ata de Registro de Preços** nas condições impostas pelo Edital e futuro Contrato, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO NA TABELA ANP POR ITEM**.
- 20.2.** Os devidos acréscimos e supressões de quantitativos, caso haja necessidade, segue o que rege o **art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21**.
- 20.3.** Nos casos em que a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) não forneça a tabela com os preços médios mensais dos combustíveis para o Município de Saquarema, caberá ao Fiscal do Contrato coletar em no mínimo 10 (dez) postos de abastecimento, os preços médios dos combustíveis em questão (gasolina comum e óleo diesel S-10), para que assim se proceda à apuração de uma média mensal de preços justa para os mesmos. De preferência, caso haja disponibilidade da Contratada, a mesma deverá disponibilizar um de seus funcionários para acompanhar o Fiscal durante a coleta de



preços. Caso a Contratada não disponibilize um funcionário para acompanhar a coleta de preços, a mesma deverá aceitar o determinado pelo Fiscal do Contrato.

- 20.4. O percentual de desconto oferecido na proposta vencedora, incidirá sobre o preço médio mensal divulgado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) do mês anterior ao período executado e será fixo e irrevogável durante toda a vigência contratual.

### Exigências de habilitação

- 20.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- 20.6. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 20.7. Em se tratando de **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 20.8. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 20.9. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 20.10. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 20.11. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- 20.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 20.13. CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.



### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 20.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 20.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 20.16.** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.
- 20.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 20.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 20.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 20.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 20.21.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, na forma da lei;



### Qualificação Econômico-Financeira

- 20.22.** Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.
- 20.23.** No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- 20.24.** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- 20.25.** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema.
- 20.26.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 20.27.** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):
- 20.28.** - Publicados em Diário Oficial; ou
- 20.29.** - Publicados em jornal de grande circulação; ou
- 20.30.** - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- 20.31.** - Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

**II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

**20.32.** - Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

**20.33.** - Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**III. Sociedade criada no exercício em curso:**

**20.34.** - Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou

**20.35.** - Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:**

**20.36.** - Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**

**20.37.** - Apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

**VI. Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC, podendo ser utilizado o modelo (Análise Econômico-financeiro) que vai ser disponibilizado no edital, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados: Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.**

**20.38.** Fórmulas

**20.39.**  $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

- 20.40.** ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL
- 20.41.** AC = Ativo Circulante
- 20.42.** RLP = Realizável à Longo Prazo
- 20.43.** PC = Passivo Circulante
- 20.44.** ELP = Exigível à Longo Prazo
- 20.45.** ISG =  $AT / (PC + ELP)$
- 20.46.** ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL
- 20.47.** AT = Ativo Total
- 20.48.** PC = Passivo Circulante
- 20.49.** ELP = Exigível à Longo Prazo
- 20.50.** ILC =  $AC / PC$
- 20.51.** ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE
- 20.52.** AC = Ativo Circulante
- 20.53.** PC = Passivo Circulante

**VII.** Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

### **Qualificação Técnica**

- 20.54.** Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório.
- 20.55.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.





- 20.56.** A licitante deverá ter registro ou inscrição na entidade profissional competente que fiscaliza a atividade, neste caso, trata-se da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), atestando que o posto de abastecimento pode exercer atividade de revenda de combustíveis no varejo.
- 20.57.** A licitante deverá apresentar atestado emitido pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, com relação a regularidade de aferição metrológica das bombas de combustíveis do estabelecimento de abastecimento.
- 20.58.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **21. SANÇÕES CONTRATUAIS**

- 21.1.** A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios estabelecidos neste instrumento, além de observar qualquer outra cláusula disposta em qualquer outro instrumento vinculativo a contratante e a contratada, a sua não observância implicará em multas e advertências estabelecidas no artigo 155 da lei 14.133/2021.
- 21.2.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- 21.3.** A multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.
- 21.4.** Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

A inobservância, pela contratada, de cláusula ou obrigação constante deste Termo de Referência autorizará a contratante a aplicar-lhe as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja:

I - Advertência;

II - Multa a ser cobrada segundo os seguintes critérios:

- Pela inexecução total do objeto do contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;



- Pelo retardamento no início da prestação dos serviços contratados, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor estimado dos serviços em atraso até o 10º dia, data a partir da qual se caracterizará o inadimplemento absoluto;
- Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não executados ou executados em desacordo com o presente contrato ou com as normas legais e infralegais aplicáveis à espécie;
- Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto do contrato, multa de 0,5% (meio ponto percentual) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados;
- Pela rescisão do contrato por culpa da contratada, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado dos serviços contratados.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**21.5.** As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.



## 22. EXTINÇÃO CONTRATUAL

**22.1.** Constituirão motivos para **extinção do contrato**, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, os itens mencionados nos artigos 137 a 139, da lei 14.133/2021.

## 23. RESCISÃO CONTRATUAL

**23.1.** O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses, em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021 e suas regulamentações:

**23.2.** a) Por mútuo acordo entre as partes, mediante prévia negociação e formalização por escrito;

**23.3.** b) Por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato decorrente da licitação, observados os procedimentos legais;

**23.4.** c) Por inexecução total ou parcial do contrato enseja a rescisão;

**23.5.** d) Por interesse público, devidamente fundamentado pela Administração, mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

**23.6.** Nos casos de rescisão contratual, serão observados os direitos e obrigações das partes estabelecidos na legislação vigente, bem como as cláusulas contratuais pertinentes.

**23.7.** Em caso de rescisão por descumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, este estará sujeito às sanções previstas na legislação, conforme estabelecido na cláusula correspondente deste Termo de Referência.

## 24. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

**24.1.** Abaixo encontra-se o quantitativo estimado da contratação:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	Quantidade contratação	estimada da
1	Gasolina comum	461506	Litro	90.962	
2	Diesel S10	461548	Litro	228.086	



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, INCLUSÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA				
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	Quantidade estimada da contratação
1	Gasolina comum	461506	Litro	63.260
2	Diesel S10	461548	Litro	91.350

QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	Quantidade estimada da contratação
1	Gasolina comum	461506	Litro	154.222
2	Diesel S10	461548	Litro	319.436

24.2. Memória de cálculo se encontra nos anexos I e II.

## 25. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

25.1. Tendo em vista, as oscilações constantes nos preços dos combustíveis derivados do petróleo no atual cenário que o mundo vem atravessando nos últimos anos, o critério escolhido para sanar esse problema, será a execução do atual procedimento baseado na obtenção de descontos percentuais para o litro dos combustíveis almejados. As empresas interessadas irão competir entre si, ofertando o **maior desconto possível** em cima do litro de combustível. Em seguida, este desconto será aplicado sobre da **média mensal da tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)** para o Município de Saquarema, gerando o valor real que a Prefeitura irá pagar pelo litro de cada um dos combustíveis envolvidos neste procedimento.

25.2. Tendo por base os valores estimados para os combustíveis almejados, efetuamos um cálculo “simbólico” de modo a determinarmos apenas um valor estimado em reais para o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

processo e questão. Para isso, retiramos a média dos combustíveis em questão da Tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), chegando-se ao seguinte montante:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO	VALOR UNITÁRIO POR LITRO RETIRADO DA ANP DE 05/05/2024 a 11/05/2024 SEM DESCONTO.	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM SEM DESCONTO
1	Gasolina comum	461506	Litro	90.962	R\$ 5,91	R\$ 537.585,42
2	Diesel S10	461548	Litro	228.086	R\$ 6,28	R\$ 1.432.380,08
VALOR TOTAL ESTIMADO SEM DESCONTO						R\$1.969.965,50

25.3. O custo estimado da contratação para a Secretaria Municipal de Saúde é de **R\$ 1.969.959,50 (um milhão novecentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos)**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, INCLUSÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO	VALOR UNITÁRIO POR LITRO RETIRADO DA ANP DE 07/07/2024 A 13/07/07/2024 SEM DESCONTO.	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM SEM DESCONTO
1	Gasolina comum	461506	Litro	63.260	R\$ 5,97	R\$ 377.662,20
2	Diesel S10	461548	Litro	91.350	R\$ 6,01	R\$ 549.013,50
VALOR TOTAL ESTIMADO SEM DESCONTO						R\$ 926.675.70



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

- 25.4. O custo estimado da contratação para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia é de **R\$ 926.675,70 (novecentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e setenta centavos)**.

VALOR TOTAL ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL DA CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM
1	Gasolina comum	461506	Litro	154.222	R\$ 915.247,62
2	Diesel S10	461548	Litro	319.436	R\$ 1.981.393,58
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 2.896.641,20

- 25.5. O custo total estimado da contratação e de **R\$ 2.896.641,20 (dois milhões oitocentos e noventa e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais e vinte centavos)**.

- 25.6. Desta forma trata-se do valor de referência para a contratação, conforme custos unitários e projeção apostos nos Estudos Técnicos Preliminares.

- 25.7. Cabe ressaltar que o valor estimado não equivale a pesquisa de preço, o valor estimado da contratação e o **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO NA TABELA ANP POR ITEM** será definido posterior a pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Compras, setor responsável por essas informações, conforme regulamento do município.

- 25.8. Lembrando que os valores para o litro dos combustíveis almejados neste procedimento e expostos na planilha anterior, poderão sofrer variações de preço até o dia da licitação, e caso seja necessário, este valor será atualizado pela Secretaria de Transporte ou pelo **Departamento de Compras e Suprimentos**.

- 25.9. Lembrando também, que caso o valor do litro praticado nas bombas do estabelecimento vencedor, seja inferior ao valor do litro determinado pelo desconto alcançado na licitação, o valor a ser pago pela Prefeitura **será sempre o menor** e neste caso seria o valor da bomba.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

## 26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

### 26.1. Secretaria Municipal de Saúde:

SMS	Fonte de Recursos:	<b>163500 – Imp/ Transf Destinado a Saúde</b>
	Programa de Trabalho:	<b>16.020.10.122.0014.2.124</b>
	Elemento de Despesa:	<b>3.3.90.30.01.00.00</b>

### 26.2. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia:

SMECICT	Fonte de Recursos:	<b>157300</b>
	Programa de Trabalho:	<b>12.361.0014.2.237.000</b>
	Elemento de Despesa:	<b>3.3.90.30.01</b>
	Fonte de Recursos:	<b>150001</b>
	Programa de Trabalho:	<b>12.122.0014.2.127.000</b>
	Elemento de Despesa:	<b>3.3.90.30.01</b>

Saquarema, 04 de outubro de 2024.

### EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

**Victoria Verissimo Cunha**

Matrícula: 930824-2

***Fundo Municipal de Saúde***

**Caroline Oliveira Costa da Silva**

Matrícula: 932097

***Fundo Municipal de Saúde***



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

**Gabriel Nascimento Machado**

Matrícula: 9262-1

*Fundo Municipal de Saúde*

**Thayane do Nascimento Silveira**

Matrícula: 954.594

*Fundo Municipal de Saúde*

**AUTORIDADE MÁXIMA**

**João Alberto Teixeira Oliveira**

Matrícula: 80.101

*Secretário Municipal de Saúde*

*Ordenador de despesa do FMS*





## ANEXO I: MEMÓRIA DE CÁLCULO

Para fins de cálculo de estimativa de consumo no período de agosto/24 a agosto/25, foi realizada uma verificação do quantitativo de combustível utilizado nos últimos 12 meses (abril/23 a março/24), a fim de obtermos um padrão mais próximo da necessidade do Município.

Para tanto, foi calculada a média de consumo neste período, conforme planilhas abaixo:

Consumo do item: <u>GASOLINA</u>	
Mês	Quantidade (litros)
abr/23	4.579,364
mai/23	5.603,364
jun/23	4.910,734
jul/23	5.078,932
ago/23	5.562,429
set/23	4.505,418
out/23	5.075,115
nov/23	5.038,761
dez/23	4.937,662
jan/24	5.312,962
fev/24	4.382,997
mar/24	5.653,511
<b>Total</b>	<b>60.641,25</b>
<b>Cálculo da Média - Divido por 12 meses</b>	
<b>5.053,44</b>	
<b>Cálculo Anual - Multiplicado por 12 meses</b>	
<b>60.641,25 litros</b>	
<b>Acréscimo de 50% - Margem de Segurança para o novo período</b>	
<b>90.961,87 litros</b>	

Consumo do item: <u>DIESEL S-10</u>	
Mês	Quantidade
abr/23	13.620,601



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

mai/23	15.014,19
jun/23	14.322,018
jul/23	13.614,260
ago/23	14.510,79
set/23	14.084,979
out/23	16.326,026
nov/23	14.988,663
dez/23	15.092,770
jan/24	17.002,141
fev/24	16.388,536
mar/24	17.503,113
<b>Total</b>	<b>182.468,09</b>
<b>Cálculo da Média - Divido por 12 meses</b>	
<b>15.205,67</b>	
<b>Cálculo Anual - Multiplicado por 12 meses</b>	
<b>182.468,09 litros</b>	
<b>Acrescido de 25% - Margem de Segurança para o novo período</b>	
<b>228.085,11 litros</b>	

**Veículos da Secretaria Municipal de Saúde**

VEÍCULOS PRÓPRIOS A GASOLINA			
VEÍCULO	MARCA	PLACA	TIPO DE COMBUSTÍVEL
HB 20 10M SENSE	HYUNDAI	RJJ 3B70	GASOLINA
HB 20 10M SENSE	HYUNDAI	RJJ 3B71	GASOLINA
VERSA 16 SV	NISSAN	LSI 4910	GASOLINA
VERSA 16 SV	NISSAN	KRL 2554	GASOLINA
KWID ZEN 10 MT	RENAULT	LUQ 2E71	GASOLINA



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

KWID ZEN 10 MT	RENAULT	LUQ 2E69	GASOLINA
KWID ZEN 2	RENAULT	RJS 9D02	GASOLINA
KWID ZEN 2	RENAULT	RJS 9D03	GASOLINA
KWID ZEN 2	RENAULT	RKP 9C95	GASOLINA
KWID ZEN 2	RENAULT	RKP 9E71	GASOLINA
KWID ZEN 2	RENAULT	RJM 9J01	GASOLINA
KWID ZEN 2	RENAULT	RKB 9I65	GASOLINA
MASTER P CAD	RENAULT	RJA 0G33	GASOLINA
MASTER L1 VER AMB	RENAULT	RKR 0E85	GASOLINA
MASTER ALT AM2	RENAULT	LUS 4B40	GASOLINA
MASTER ALT AM2	RENAULT	LUJ 9E15	GASOLINA
MASTER ALT AM2	RENAULT	LUG 4H93	GASOLINA
MASTER ALT AM2	RENAULT	LTV 9G40	GASOLINA
MASTER ALT AM2	RENAULT	LTW 3H23	GASOLINA
MASTER L1 VER AMB	RENAULT	RJC 0F43	GASOLINA
MASTER L1 VER AMB	RENAULT	RJU 0I97	GASOLINA
MASTER ALT AM2	RENAULT	LUO 2G74	GASOLINA
NIKCAP MACA05.CH	RENAULT	RJJ 3B72	GASOLINA
STRAD FREEDOM 13 CD	FIAT	RJN 7E94	GASOLINA
STRAD FREEDOM 13 CD	FIAT	RJM 7B78	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F80	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F86	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F76	GASOLINA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F64	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F70	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F81	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F72	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRM5F43	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRL5D05	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F55	GASOLINA
NXR160 BROS ESDD	HONDA	SRA8F73	GASOLINA
<b>VEÍCULOS LOCADOS A GASOLINA</b>			
<b>VEÍCULO</b>	<b>MARCA</b>	<b>PLACA</b>	<b>TIPO DE COMBUSTÍVEL</b>
SPIN 18L AT PREMIER	CHEV	RIZ8I29	GASOLINA
SPIN 18L AT PREMIER	CHEV	RKN7F08	GASOLINA
SPIN 18L AT PREMIER	CHEV	RJA7I69	GASOLINA
CRONOS 1.3	FIAT	RIU7G09	GASOLINA
CRONOS 1.3	FIAT	RKK8B04	GASOLINA
CRONOS 1.3	FIAT	LUE4H84	GASOLINA
CRONOS 1.3	FIAT	RJJ8B97	GASOLINA
CRONOS 1.3	FIAT	RJM8B60	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RJP8D51	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RJN8F30	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RJN9E76	GASOLINA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RIR8J03	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	LUQ4J56	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RKS9H37	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	LUC5F93	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	LUO6E13	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	LOU6G28	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RJN5I87	GASOLINA
CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RJT5G17	GASOLINA
VERSA SENSE CVT	NISSAN	LTW6G06	GASOLINA
VERSA SENSE CVT	NISSAN	LUI9I33	GASOLINA
VERSA SENSE CVT	NISSAN	LUS9C21	GASOLINA
STRADA FREEDOM 13CD	FIAT	RJX7C88	GASOLINA
STRADA FREEDOM 13CD	FIAT	RJU8I28	GASOLINA
STRADA FREEDOM 13CD	FIAT	RJL8J35	GASOLINA
STRADA FREEDOM 13CD	FIAT	RIU7J53	GASOLINA
STRADA FREEDOM 13CD	FIAT	RJJ8I23	GASOLINA

**VEÍCULOS LOCADOS A DIESEL**

VEÍCULO	MARCA	PLACA	TIPO DE COMBUSTÍVEL
VOLARE V9L ON	MARCOPOLO	RKF6J51	DIESEL
VOLARE DV9L R	MARCOPOLO	RJC6J49	DIESEL
415CDISPRINTERM	M. BENZ	LMW7I09	DIESEL
416CDISPRINTERM	M. BENZ	RJC0D71	DIESEL



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Processo nº: 7.522/2024

Fls: \_\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

415CDISPRINTERM	M. BENZ	LTQ3F95	DIESEL
416RIBEIRO MO	M. BENZ	GFV3I66	DIESEL
416CDISPRINTERM	M. BENZ	RKF8J66	DIESEL
516SPRINTER A4	M. BENZ	GFQ9D27	DIESEL
516SPRINTER A4	M. BENZ	FYR0I26	DIESEL
516SPRINTER A4	M. BENZ	FII9E81	DIESEL
DAILY 50-170MINIBU	IVECO	RKJ7F91	DIESEL
516SPRINTER A4	M. BENZ	FNZ4J47	DIESEL
417SPRINTER C	M. BENZ	SQY9G37	DIESEL
VOLARE DV9L R	MARCOPOLO	RJY7F06	DIESEL
VOLARE ACCESS ON	MPOLO	FYR4F86	DIESEL
SPRINTER	M. BENZ	RKP0D05	DIESEL
SPRINTER	M. BENZ	RJR0C23	DIESEL
SPRINTER	M. BENZ	RIQ0D81	DIESEL
SPRINTER	M. BENZ	RIS0F81	DIESEL
SPRINTER	M. BENZ	RKB0C94	DIESEL
FURGÃO	M. BENZ	RKQ0E26	DIESEL
SPRINTER	M.BENZ	RJQ5G50	DIESEL